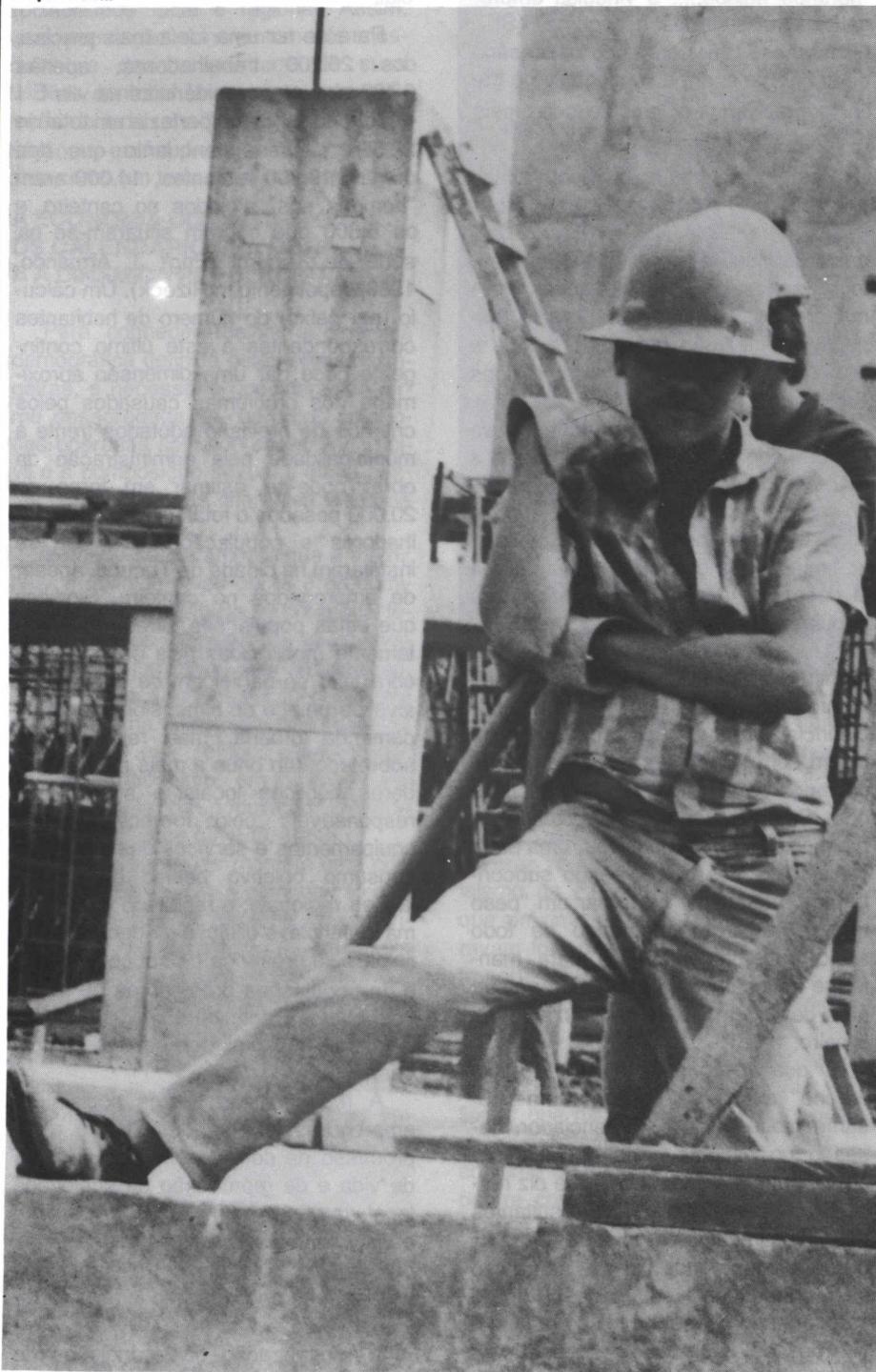


As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageiras

Arquivo CEM



Angela M. Tude de Souza*

A recente experiência do Sub-Sector elétrico-barrageiro ilustra com clareza uma das principais características internas da indústria da construção: a mobilidade geográfica, a itinerância territorial da atividade pública e empresarial responsável pela construção, montagem e operação do sítio hidroenergético como um todo (Tude de Souza, 1986, Grandi, 1985).

Tal característica tem consequências diversas. Primeiro, porque torna cada obra um evento único e diferenciável dos precedentes, principalmente porque se trata de construir em distintas regiões do país. Desde as condições físicas do sítio de construção, até o contexto econômico e social no qual ela se insere, a obra tende a se diferenciar de todas as demais anteriores.

Segundo, porque, a itinerância introduz o caráter unitário e variável do produto construído, o que, por sua vez, não só implica uma grande margem de imprevisibilidade do investimento, mas também exige das concessionárias um esforço de ajustamento de seu formato político-institucional no relacionamento com as populações regionais. Deste ponto de vista, a itinerância da profissão recoloca o desafio e o convite permanentes a um ajuste interno das práticas produtivas que asseguram a implantação destes grandes equipamentos energéticos.

A mobilidade da profissão, combinada à temporariedade destes investimentos, acarreta, em geral, uma série de desdobramentos tanto para quem realiza quanto para aqueles que "sofrem" a obra. Vale ressaltar que as grandes mobilizações periódicas de mão-de-obra para os trabalhos de construção têm como principal corolário a dificuldade encontrada pelo setor em formar, reter e produzir uma força de trabalho su-

ficientemente adaptada e qualificada para satisfazer os requisitos técnicos e econômicos próprios a cada uma das fases do investimento hidrelétrico (Tude de Souza, 1983).

Neste caso, um dos principais problemas encontrados pelo sub-setor da construção barrageira tem sido a compatibilização dos prazos previstos pelo calendário da obra com a produtividade do trabalho humano.

Dadas as características do setor da construção como "porta de entrada" para o mercado de trabalho para jovens sem maior experiência profissional, os problemas encontrados durante a vigência da obra para reter, adaptar e estabilizar a FT são muitas vezes os responsáveis pelo encarecimento da construção na medida em que os índices de evasão e turn-over da FT se tornam incontornáveis pelas empresas contratantes. Em Tucuruí (Pará), por exemplo, as taxas de turn-over e absentismo atingiram proporções tão altas que se chegou a registrar em alguns meses, uma rotatividade acima de 30%, enquanto que o absentismo observado entre fevereiro e maio de 1980 atingia um índice médio mensal próximo a 10%. (Guimarães, 1981: anexo I e CNEC, 1980).

Como contrapartida, as empreiteiras e concessionárias adotaram a sub-contratação e a precarização do emprego de parte significativa dos trabalhadores do canteiro.

Esta população que vem para tentar o emprego passa o tempo em experiência, raramente chega a superar os três meses na obra, constituindo-se em um exército de trabalhadores instáveis que não encontra as condições de permanência na área.

A estes regimes de trabalho, não estáveis e irregulares, as empresas associam a possibilidade de redução do custo social do emprego, mediante a transferência dos encargos trabalhistas ao empreiteiro de mão-de-obra, o qual, por sua vez, não tem a menor condição de arcar com os custos relativos a férias, previdência e 13º salário, como prescreve a legislação trabalhista no país.

A importância deste ponto reside no fato de que à expulsão destes custos sociais do emprego diretamente produtivo promovida pelas empreiteiras e concessionárias, corresponderá uma crescente deterioração dos padrões de reprodução da população trabalhadora

do setor, bem como dos padrões de sociabilidade e consumo já tão precários, naquelas sedes urbanas e distritos mais próximos aos investimentos barrageiros.

Enquanto primeira grande obra barrageira na Amazônia, a construção da UHE (Usina Hidrelétrica) de Tucuruí aparece como "cabeça de frente de obras" sofrendo, portanto, da ausência de uma mão-de-obra local já habituada ao regime de trabalho intenso, a seus "horários rígidos,...., e vínculos empregatícios mais firmes e seguros" (SIC, Guimarães, 1981) tornando necessário contratar um enorme contingente de trabalhadores em praticamente todo o país (Guimarães, 1982: anexo I).

Destes, a maioria provinha principalmente do Nordeste (71,6% N1 e 49,2% para N2; CNEC, 1981: 25), seguido da Região onde se inseria o canteiro (sendo para as categorias mais numerosas N1 e N2 de 17 a 23% respectivamente) não chegando a 12% e 10% o pessoal proveniente das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Tal estratégia de recrutamento se por um lado ligava-se ao fato de que a mão-de-obra local não estava adaptada ao regime de trabalho, por outro, ela implicava em um forte incremento dos fluxos migratórios com destino a uma área já desaparecida para o atendimento à população local.

A economia da obra acaba por determinar altíssimos níveis de crescimento demográfico anual, com forte incidência sobretudo nos anos que coincidem com "pico" dos trabalhos desde o desvio do rio até o fim da concretagem. Segue-se um período de gradativa desmobilização dos efetivos, uma parte significativa dos quais, sendo subcontratada, acaba por se tornar um "peso morto" na área, carecendo de todo apoio governamental seja para manter-se no local, seja para retornar à sua área de origem. (Tude de Souza, 1988; Ribeiro, 1988).

O que se constata é que o "apoio urbano" acaba por instaurar um possível modo de vida diferenciador, baseado no estigma e na exclusão de amplas parcelas de FT, no que diz respeito aos benefícios sociais resultantes dos investimentos em infra-estrutura. É o que se depreende por ex., da gestão de grandes contingentes de N1 (pessoal formado por serventes e braçais) e N2 (pessoal qualificado da construção, tal como pedreiros, carpinteiros, eletri-

cistas...) alojados no canteiro, mas isolados de suas famílias; ou ainda, da gestão de peões de trecho subcontratados por gatos e "gatinhas" (empresas de recrutamento e empreitada de serviços não especializados) que por força dos vínculos contratuais e relações trabalhistas, se vêem obrigados a viver em condições extremamente precárias seja nos alojamentos institucionais, seja na sede municipal e nos beiradões que cotejam o canteiro e sua vila residencial.

Para se ter uma ideia mais precisa, dos 26.200 trabalhadores, apenas 6.400 obtiveram residências na vila EN - Eletronorte (o que perfazia um total de 28.560 pessoas) enquanto que dos demais 19.800 restantes, 14.000 eram "homens sós" alojados no canteiro, e os 5.800 que sobram situaram-se na sede de Tucuruí (Engº J. Armando, 1986, depoimento in Rizeck). Um cálculo (por baixo) do número de habitantes correspondentes a este último contingente pode dar uma dimensão aproximada dos problemas causados pelos critérios de previsão adotados frente à municipalidade pela administração da obra: pode-se estimar em torno de 20.000 pessoas o total mínimo de trabalhadores e população-família que se instalaram na cidade de Tucuruí, apesar de empregados no canteiro. Significa que estas populações, direta ou indiretamente mobilizadas pela economia da obra, não só participam de forma decisiva do perfil e do dimensionamento da demanda urbana, mas representam, sobretudo, um ônus a mais para os poderes públicos locais e supralocais, responsáveis pelo fornecimento de equipamentos e serviços destinados ao consumo coletivo básico das populações regionais; o resultado é, em última instância, a diluição da demanda definida pela presença de subcontratados e de populações prestadoras de serviços atraídas pela obra, no interior da demanda regional por serviços públicos.

A redução dos custos sociais do emprego associa-se, desta forma, a um processo de deterioração dos padrões de vida e de reprodução da sociedade local, restando sempre um excedente cada vez maior de não beneficiários dos serviços colocados à disposição das classes populares no local e na região.

A precarização das condições de vida bem como o galopante e virtual

processo de pauperização do trabalhador urbano resultam, nestas áreas, dos vínculos e relações de trabalho próprios à sub-contratação e à empreitada de serviços.

Na medida em que a força de trabalho empregada nas obras é majoritariamente masculina (aproximadamente de 90 a 95% do contingente total) e que desta, apenas pequena parte é acolhida com a família, pode-se avaliar algumas de suas consequências para a alteração dos padrões demográficos e de sociabilidade local e regional. Assim, uma população predominantemente masculina e desacompanhada de suas famílias contribui obviamente para a difusão de toda uma "indústria" da prostituição, a qual é fruto da economia da obra como um todo...

A ECONOMIA DO CANTEIRO, OS CALENDÁRIOS DA OBRA E A DINÂMICA POPULACIONAL

Para conhecer melhor a dinâmica demográfica definida pelas obras barrageiras, é necessário considerar de forma desagregada as diferentes categorias operárias segundo sua situação civil e a composição sexual e etária destas populações nas diferentes fases da obra.

Percebe-se claramente que a matriz básica definida pelas obras é predominantemente masculina, a presença feminina sendo assegurada exclusivamente pela família ou pela prostituição. Esta presença masculina se concentra geralmente na faixa etária dos acima de 18 (18 a 30 anos), e pode expressar-se em valores absolutos em torno de 3 vezes ou mais da população feminina acima de 18 anos (CNEC, 1983).

Estas proporções mantêm uma correlação positiva com a composição civil da mão-de-obra do canteiro; obviamente quando se diz estado civil, se deseja indicar aquela parcela reconhecida como expressamente "casada aos olhos das firmas", e que aponta justamente para a alteração da matriz demográfica real seja a nível da região, seja a nível de população trabalhadora tomada em si mesma.

A proporção entre população casada e população solteira, varia bastante de acordo com as situações concretas analisadas, sendo possível distinguir quatro grupos, padrões ou matrizes demográficas decorrentes da economia da obra.

Em um dos extremos situa-se a ex-



periência de Tucuruí, onde observa-se em torno de 2/3 (dois terços) de solteiros sobre o conjunto de FT oficialmente contabilizada entre os anos 78 e 81; ressalte-se que na mesma ocasião e para a mesma obra registraram-se os maiores níveis de rotatividade e absenteísmo da FT agravados pelo fato de que próximo de 40% dos efetivos moravam fora das vilas da empresa (Eletronorte-RTUC, 1981).

A seguir vêm as áreas de jurisdição da CESP, situando-se as obras entre menos de 65% e mais de 48% de solteiros sobre o total dos efetivos; vale salientar que há na verdade uma inflexão na participação da FT solteira sobre o conjunto da população empregada, que ocorre com os canteiros de Porto-Primavera - Rosana a partir de 80/82. Na ocasião, a política das empresas foi induzir o nível de atividade econômica independente da obra, mediante a venda, doação e repasse de lotes residenciais e de comércio, ou de serviços de

utilidade pública (CESP, 1982). Esta estratégia tinha em vista evitar ou minimizar o impacto futuro da desmobilização da obra, como aconteceu em Jupia, Salto Santiago e mais recentemente em Tucuruí.

O terceiro grupo é composto por obras da concessionária Furnas, representada aqui por Itaipu Binacional onde registrou-se uma forte proporção de casados cuja participação se situava na faixa dos 60%, chegando perto de dois terços dos trabalhadores de Nível 2. Ao lado disso, vale registrar o fato de que mais de dois terços do pessoal N2 tinha mais de um ano de obra, enquanto mais da metade tinha dois anos ou mais. Segundo as fontes indicam, os índices de rotatividade registrados em Itaipu devem-se, sobretudo, às demissões espontâneas do pessoal da região por ocasião das safras de soja, cereais ou outras culturas de sua propriedade ou de familiares moradores da área. Mas vale ressaltar também a expressiva parcela de trabalhadores N1 (75%) com menos de um ano na obra (CNEC, 1983).

O último deles, apresenta uma participação de 75% de casados sobre a FT total do canteiro. Isto ocorre para os dois casos sob jurisdição da CHESF, aqui representados por Itaparica e Paulo Afonso IV, e com algumas informações adicionais e esparsas sobre Sobradinho e Moxotó. Para as duas primeiras há registros segundo os quais a rotatividade da mão-de-obra e o custo do recrutamento são praticamente nulos, o que é favorecido em última instância pela presença de uma população-família já estabilizada na região e bastante adaptada e habituada ao regime de trabalho dos canteiros. Em verdade, as obras aqui arroladas herdaram trinta anos de experiência acumulada, no mesmo vale, ao longo de uma única e prolongada frente de obras, valendo-se em muito da estrutura urbana que acabou por desenvolver-se aí em estreita articulação com a produção agro-pecuária e industrial (CNEC, 1983).

Além destes componentes da dinâmica demográfica resta ainda ser assinalado um terceiro elemento, de fundamental importância para compreendermos a economia de obras barrageiras.

O calendário da construção responsável pela nova dinâmica populacional é, a rigor, o elemento que determina os diferentes "tipos de pressão"

exercidos sobre as estruturas local e regional de consumo e reprodução.

Assim, no início da obra o maior aumento populacional decorre diretamente do recrutamento de pessoal com experiência para a preparação, a locação e a apropriação do canteiro. A população dita interna cresce mais do que a externa, salvo casos em que a antecipação de ações se desenvolva com base no alojamento das populações trabalhadoras externamente a seu canteiro, forte presença de firmas especializadas sub-contratadas para serviços de sondagem e locação (Tude de Souza, 1989).

Na fase seguinte, aquela definida pelo regime de produção máxima das obras (período de pico) a proporção entre população interna e externa começa a se redefinir, passando a segunda a apresentar um ritmo de crescimento relativo superior à interna (agora já em fase de estabilização e manutenção do número ótimo necessário de trabalhadores); ocorre aqui o grande fluxo de N1 e N2, além dos demais profissionais barrageiros (22% entre N4, N5 e N6).

Com a passagem da fase de construção para aquela da montagem eletromecânica assiste-se em geral a momentos de maior crescimento da população externa que aumenta vertiginosamente em relação à interna. Esta tendência está associada a um "boom" demográfico retardatário de populações ligadas ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços, e também em parte, de populações que aguardam pela fase de relocação tendo em vista instalar-se na região após o fechamento do reservatório. Em casos analisados, pode-se constatar que estas populações passam de 15, 20% da população mobilizada à faixa dos 50% ou mais como em Ilha Solteira, Salto Santiago ou Tucuruí. Há também que considerar a desmobilização de parte significativa (25 a 30%) de mão-de-obra da construção e que acaba permanecendo na cidade.

Finalmente, na fase de desmobilização do canteiro, há uma queda acentuada da população interna ao canteiro, com uma forte incidência de trabalhadores dispensados que ainda permanecem na área, temporariamente, na qualidade de exército de reserva para o final das obras. A se considerar ainda o pessoal de operação que virá para a área, além daqueles 20 a 30% de serventes e oficiais (N1 e N2) que provavelmente assentarão seu domicílio aí,

por força de situação de desemprego aberta pela desmobilização do canteiro e pela impossibilidade de retorno às áreas de origem ou de "promoção na carreira".

Tem-se, portanto, que a dinâmica demográfica própria das obras barrageiras se traduz em afluxos populacionais direta e indiretamente ligados ao canteiro e tem por consequência impactar simultaneamente a matriz demográfica regional e o perfil de atendimento urbano.

Pode-se, agora, imaginar melhor como este contingente populacional impacta as populações residentes em áreas ribeirinhas aos canteiros.

As áreas de recente aproveitamento hidrelétrico, como a Amazônia, ou ainda em áreas onde a estrutura agrária é forte, a população total mobilizada pode igualar, e em geral supera em termos absolutos aquela dos municípios e de sua sede urbana (em Tucuruí a obra mobilizava 52.000 pessoas, enquanto a população da sede era 60.000).

A economia de mão-de-obra do canteiro segmenta a FT diretamente mobilizada em residentes e não residente, beneficiários dos serviços pessoais e coletivos do apoio urbano à obra, ocasionando não só uma amplificação "da demanda regional" mas, sobretudo, a diluição das "demandas" geradas pelas populações indiretamente atraídas e sub-contratadas, no interior da demanda dita "regional".

Portanto, parte da "demanda regional" passa a ser redefinida pela própria economia e dinâmica demográfica da obra; assim, estão aí incluídas as populações não beneficiárias do apoio urbano à obra, somadas às respectivas famílias, e aos 50 ou 75% de empregos indiretos acrescidos dos membros familiares que acabam muitas vezes por transferir-se para a área das obras em busca de melhores condições de vida.

Assim, ao tornar-se um objeto de planejamento e de gestão operacional, a região passa a ser concebida e gerida como um território produtivo, estruturado e aparelhado para responder, simultaneamente, às necessidades dos processos de valorização de mercados e de sua FT.

O poder de planejar e gerir a região é arrancado das "mãos dos homens de Estado" passando a ser exercido desde o topo dos grandes oligopólios da produção mineral-metalúrgica e energética implantados no país.

A região – concebida como um sítio produtivo – aparece, então, como instrumento de uma ordem produtiva na qual trabalho e reprodução, produção de mercadoria e condições de vida, estão sob o poder direto das empresas públicas e privadas que controlam o canteiro e as obras de construção.

*Unicamp – DCS – IFCH.

BIBLIOGRAFIA

- CESP – Vilas Temporárias e Permanentes do Setor Elétrico:** A experiência da Cesp – S. Paulo: CESP/DIR. de Enga. e Construções, julho de 1982, 56 pp.
- CNEC/CCCC – Apoio Urbano na Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos.** S. Paulo: CNEC/CCCC, junho, 80, vol. anexo, fotocopiado, 47 pp.
- Aspirações e Anseios do Pessoal de Nível 1 e 2.** SP: CNEC, 1983, 3 vol., fotocopiado.
- ELETRONORTE/RTUC – Resumo Estatístico.** Tucuruí EN., nov. 81 fotocopiado pp. 11.
- GRANDI, S.L. – Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil:** mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho – SP: USP, Dep. de Sociologia, these de Doctorat, 1985, 2 vol.
- GUIMARÃES, Fausto C.V. – Gerenciamento e Controle das Obras na Amazônia.** Simpósio sobre Desenvolvimento Hidrelétrico da Região Amazônica. São Paulo, 15 e 16/10/81 (fotocopiado, julho/82).
- PEIXOTO, José Armando** (engenheiro) – Depoimentos sobre sua experiência na Residência do canteiro da UHE de Tucuruí, São Paulo, transcrição e entrevista por Cibele Rizek, nov. 86, pp. 39, fotocopiado.
- RIBEIRO, G. L. – Developing the moonland: the Yaciretá Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentine.** New York: these de Doctorat in Anthropology, City University of New York, 1988, 251 pp.
- TUDE de Souza, A. M. – Salarisation et Modes de Socialisation: recherche sur la mise au travail, les pratiques de reproduction et le mouvement social dans les cités ouvrières dans le Nord du Brésil.** Paris: these de Doctorat, Un. Paris VIII, Saint-Denis, U.E.R. d Economie Politique, 1983, 469 pp. – "Processo de Trabalho e Coletivo Operário nos Canteiros de Grandes Obras" in Ciências Sociais, Hoje (1986). SP: Cortez, 114-142 p... – "Processo de Trabalho, Cultura Operária e Reprodução do Saber-Produtivo" in Anais do Seminário "Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira – SP: UNICAMP/DPCT-USP/D. Sociologia, 1989, pp. 722-759. – "Os Trabalhadores da Amazônia Paraense e as Grandes Barragens" in Santos, L.A.O. e Andrade, L.M.M. (org.). – As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas – São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988, pp. 121-134.